

Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O Tratado de Direito Eleitoral representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral. Assim, o Tratado de Direito Eleitoral vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA WALBER DE MOURA AGRA

Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin

Organizador

Comissão Científica

Roberta Maia Gresta Frederico Franco Alvim João Andrade Neto

Comissão Executiva

Maitê Chaves Marrez Paulo Henrique Golambiuk Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 7 ABUSO DE PODER E PERDA DE MANDATO

COLEÇÃO TRATADO DE DIREITO ELEITORAL

Área específicaDireito Eleitoral

Áreas afins

Direito Constitucional, Direito Político e Parlamentar, Ciência Política

Público-alvo/consumidores

Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm **CÓDIGO:** 10001396

Al65 Abuso de poder e perda de mandato / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

494 p. Tratado de Direito Eleitoral V. 7

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0 ISBN do Volume: 978-85-450-0502-5

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política. I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV. Peccinin. Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28 CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Abuso de poder e perda de mandato*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 494 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 7.) ISBN 978-85-450-0502-5.

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

WALBER DE MOURA AGRA

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

PARTE I

CASSAÇÃO DE MANDATO E SUA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

CAPI	ITULO 1	
OS B	ENS JURÍDICOS PROTEGIDOS PELO ART. 14, §9º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A REVISÃO DA D	DECISÃO
	URNAS	
IOSÉ	JAIRO GOMES	17
1.1	Noção de bens jurídico-eleitorais	
1.2	Probidade	
1.3	Moralidade	
1.4	Normalidade das eleições	
1.5	Legitimidade das eleições	
1.6	Abuso de poder e desvirtuamento das eleições	
1.7	Revisão da decisão das urnas	
	Referências	
CAPÍ	ÍTULO 2	
JUST	TIÇA ELEITORAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE INSTÂNCIAS: UM ESTUDO JURISPRUDENCIAL	
THIA	AGO LEMOS DE ANDRADE	31
2.1	Introdução	31
2.2	Independência entre instâncias: legislação, doutrina e jurisprudência	
2.3	Cumulação de instâncias no Direito Eleitoral: casuística e jurisprudência	
2.3.1	Captação ilícita de sufrágio e crime de corrupção eleitoral	
2.3.2	Prestação de contas eleitorais e captação ou gasto irregular de recursos de campanha	
2.3.3	Conduta vedada e improbidade administrativa	
2.3.4	Registro de candidatura e inelegibilidades	
2.3.5	Cassação de mandato e responsabilidade civil	
2.4	Conclusão	52
	Referências	53
CAPÍ	ÍTULO 3	
	APEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL NA REPRESSÃO DOS ABUSOS NAS ELEIÇÕES	
ARM	ANDO SOBREIRO NETO	55
3.1	Preâmbulo	
3.2	Funções institucionais na defesa da ordem jurídica e do regime democrático	56
3.3	Funções específicas eleitorais	56
3.4	Instrumentos de atuação	
3.5	Estrutura e atribuições eleitorais	
3.6	Legitimidade e prerrogativas	
3.7	Características do desempenho da função eleitoral	
3.8	O devido processo eleitoral e o Ministério Público	
3.9	Os abusos nas eleições e o Ministério Público	
3.10	Combate aos abusos em anos sem eleições	
3.11	Combate aos abusos em anos com eleições	
3.12	Medidas extrajudiciais	
3.13	Medidas judiciais	
3.14	Medida institucional extrajudicial de incremento à cidadania	
3.15	Considerações finais	

CAP	ÝTULO 4	
A RI	ESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO PELO ILÍCITO ELEITORAL	
LUC	CIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA	75
4.1	Introdução	75
4.2	Ações eleitorais típicas	
4.3	Princípios processuais	
4.4	Aplicação nas ações eleitorais específicas	
4.5	Conclusão	87
CAP	PÍTULO 5	
DUF	PLA VACÂNCIA DA CHEFIA DO EXECUTIVO OU "SE A DILMA 'CAIR' QUEM ASSUME É O AÉCIO?"	,
	JANNA PEREIRA DOS SANTOS, JÚLIA ROCHA DE BARCELOS	
5.1	Introdução	
5.2	Breves ponderações sobre democracia e princípio democrático	9
5.3	Dupla vacância na chefia do Executivo	
5.3.1		
	Dupla vacância nas Constituições Estaduais	
	2.1 A visão do STF sobre a regulamentação da dupla vacância pelos Estados-Membros	
	O artigo 224 do Código Eleitoral	
	3.2 As mudanças no artigo 224: o Projeto de Lei nº 5.735/2013	
5.4	A dupla vacância segundo o Tribunal Superior Eleitoral	
5.5	Considerações finais	
	Referências	
6.1 6.2 6.3 6.4 6.5	Introdução	
	PARTE II FRAUDE, CORRUPÇÃO E OS DIFERENTES ABUSOS ELEITORAIS	
SIST DIRI	PÍTULO 1 FEMA ELEITORAL PROPORCIONAL, CUSTO DE CAMPANHA E PODER ECONÔMICO: DESAFIOS DO REITO ELEITORAL BRASILEIRO	
	ERSON GARCIAAspectos introdutórios	
1.1 1.2	Aspectos introdutorios	
1.3	O poder econômico nas eleições pelo sistema proporcional	14
1.4	Os benefícios do sistema distrital	147
	Epílogo	
	Referências	149
CAP	PÍTULO 2	
	ANCIAMENTO DE CAMPANHAS E O ARTIGO 30-A DA LEI DAS ELEIÇÕES NA PROTEÇÃO À IGUA PROCESSO ELEITORAL	LDADE
AND	ORÉ GUILHERME LEMOS JORGE, FILIPPE SOARES LIZARDO	151
2.1	Introdução	
2.2	Financiamento eleitoral no Brasil	152
2.3	Aspectos gerais sobre o art. 30-A	157
2.4 2.5	O art. 30-Ă e a proteção ao princípio da igualdade na disputa eleitoral	
2.3	Referêncies	162 167

	ÍTULO 3	
CAP	TAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO: CARACTERIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS	
EDU.	ARDO MENDONÇA, FELIPE MENDONÇA TERRA	165
3.1	Introdução – O livre exercício do voto como pressuposto essencial do regime democrático	
3.2	Captação ilícita de sufrágio: caracterização e distinções	168
3.3	Consequências da captação ilícita de sufrágio. A realização de novas eleições e o caso do Presidente e do	1574
3.4	Vice-Presidente da República Conclusão	
J. T	Conclusão	105
C + D	fry y o .	
	ÍTULO 4	
USO	E ABUSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA FAVORECER CANDIDATURAS, PARÂMET	ROS
	MITES À LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA NO PROCESSO ELEITORAL	
MAI	TÊ CHAVES NAKAD MARREZ	185
4.1	Introdução	
4.2	O uso indevido dos meios de comunicação e o abuso de poder	186
4.3 4.4	Espécie de meios de comunicação para fins eleitorais Evolução jurisprudencial. Aferição da gravidade	
4.5	Liberdade de informar x paridade de armas entre candidatos	190
4.5.1	1	
4.5.2		
4.5.3		
4.6	Considerações finais	
	Referências	198
CAP	ÍTULO 5	
ABU	JSO DE PODER E SEU REFLEXO NA NORMALIDADE E LEGITIMIDADE DO PLEITO: DA PERMANENT	Έ
NEC	CESSIDADE DE RETORNO AO MUNDO DOS EVENTOS PARA REVELAÇÃO DE SEU SIGNIFICADO PEI	LΑ
JUD:	ICIALIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL	
HEL	IO DEIVID AMORIM MALDONADO,	
RICA	ARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA	199
5.1	Introdução	
5.2	Constitucionalismo, princípio democrático e autodefesa da Constituição	200
5.3	Abuso de poder: uma hipótese de conformação e restrição de direitos fundamentais	204
5.4	Da permanente necessidade de retorno ao mundo dos eventos para a revelação do significado de abuso de poder	200
5.5	pela judicialização do processo eleitoral	
3.3	Referências	
C + D	fry y O (
	ÍTULO 6	
	SO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA EM FAVOR DE CANDIDATURAS COMO FATOR DE	
	ESTABILIZAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO E A RESPONSABILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL	
THIA	AGO FERNANDES BOVERIO, PAULO HENRIQUE FERNANDES BOVERIO	221
6.1	Introdução	221
6.2	Breve cenário histórico: a democracia sem o respaldo das instituições	
6.3	A liberdade de escolha política sem a influência da máquina estatal	
6.4	O abuso em favor de candidaturas e a justiça eleitoral	
6.5	Conclusão	
	Referencias	250
	берги о т	
	ÍTULO 7	
	UDE À COTA DE GÊNERO COMO FRAUDE À LEI: OS PROBLEMAS CONCEITUAIS E PROCEDIMENTA	AIS
	CORRENTES DO COMBATE ÀS CANDIDATURAS FEMININAS FICTÍCIAS	
	O ANDRADE NETO, ROBERTA MAIA GRESTA,	220
	IANNA PEREIRA DOS SANTOS	
7.1	Introdução	
7.2 7 2 1	O conceito jurídico de fraude em matéria eleitoral	
	A fraude na doutrina anterior ao REspE nº 1-49.	
7.2.2.	.1 Elemento temporal: da fraude na votação à fraude durante todo o processo eleitoral	243
7.2.2.	.2 Elemento subjetivo: do ardil à fraude ao Direito	245
7.3	A virada da jurisprudência do TSE no tratamento da fraude eleitoral	
7.3.1 7.4	Uma crítica hermenêutica: a transposição deficiente do instituto da "fraude à lei" para o Direito Eleitoral A construção da fraude à cota de gênero	
, .T	11 constação da made a com de genero	200

	A finalidade das cotas de gênero	
	A realidade das cotas de gênero	
	Candidaturas-laranja: ficção ou baixa competitividade?	
7.5	Implicações processuais da ampliação conceitual da fraude eleitoral	265
7.5.1	O problema da correlação entre a causa de pedir e o objeto da AIME: a fraude à cota de gênero torna a AIME um sucedâneo da ação rescisória?	265
752	O problema da composição do polo passivo da AIME: litisconsórcio ou ação coletiva?	200
7.5.2	O problema do ônus probatório na AIME: má-fé não se presume – ou se presume?	200
7.5.4		273
7.5.5		270
7.0.0	"conceito aberto" fraude?	275
7.6	Considerações finais	
	Referências	
	PARTE III	
	CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	
$C\Delta P^{\dagger}$	ÍTULO 1	
	NOLO I NDUTA VEDADA: POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS EM PERÍODO ELEITORAL	
TELS	SON LUÍS CAVALCANTE FERREIRA	285
1.1	Introdução	285
1.2	Políticas públicas assistenciais	
1.3	Programas assistenciais como conduta vedada, segundo a legislação, doutrina e jurisprudência	
1.4	Considerações finais	
	Referências	
CAPI	ÍTULO 2	
	DA-FÉ OBJETIVA NO PROCESSO ELEITORAL COMO VETOR INTERPRETATIVO DAS CONDUTAS	
	ADAS PELO USO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS EM CAMPANHA	
TIAC	GO AYRES	301
2.1	Introdução	301
2.2	A emergência do paradigma pós-positivista e a força normativa dos princípios	
2.3	O princípio da moralidade administrativa como dever de boa-fé objetiva	
2.4	Das interfaces entre o Direito Administrativo e o Direito Eleitoral	
2.5	A boa-fé objetiva no processo eleitoral e sua contribuição para a interpretação das condutas vedadas por uso de bens	
	e serviços públicos por agentes públicos em campanha – Proteção da confiança eleitoral	308
2.6	Considerações finais.	
	Referências	
	ÍTULO 3	
AGE	ENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL: COMO FICA O CONTROLE NA CAMPANHA VIRTUAL	_?
RFN	ATO RIBEIRO DE ALMEIDA	315
3.1	Introdução	
3.2	Condutas vedadas a agentes públicos em campanha	315
3.3	Procedimento legal e sanções	320
3.4	A reforma eleitoral de 2017 e as campanhas em redes sociais: como controlar?	
3.5	Conclusões	
	Referências	323
CAPI	ÍTULO 4	
DDO	GRAMAS SOCIAIS, PROCESSO ELEITORAL E A ISONOMIA NO PLEITO	
ORL	ANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI	
4.1	Introdução	325
4.2	Delineamentos preliminares do instituto	326
4.3	Programas sociais e o processo eleitoral: os serviços públicos assistenciais e a isonomia no pleito	
4.4	A interpretação da Justiça Eleitoral. Uma breve análise de precedentes dos tribunais pátrios	333
4.5	Conclusão	
	Referências	339
CAPI	ÍTULO 5	
	JDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS DURANTE O PROCESSO ELEITORAL: REFLEXÕES SOBRE A	
		r
	AÇÃO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS	
FABI	O LIMA QUINTAS, WAGNER AKITOMI UNE	
5.1	Introdução	341

5.2	Uma visão abrangente sobre a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral a respeito das condutas vedadas a agentes	242
5.3	públicos pela Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997	. 342
0.0	prover o direito social à alimentação: o problema da doação de alimentos perecíveis apreendidos por órgãos de	
	fiscalização	. 348
5.3.1	A distribuição de alimentos perecíveis apreendidos em período eleitoral não deve atrair presunção absoluta de abuso de poder político ou desvio de finalidade	250
5.3.2	Constitui conduta proibida a distribuição de alimentos perecíveis apreendidos por agente público vinculado	330
	à mesma esfera de governo em que há cargos em disputa eleitoral	. 351
5.3.3	Exigência de elementos ou indícios fáticos que sinalizem uma possível fragilização dos princípios constitucionais	
5.4	da igualdade entre candidatos ou da lisura do pleito	353
J. 1	Referências	
CAPÍ	TULO 6	
	USO DE PODER E A INCIDÊNCIA DO ARTIGO 74 DA LEI DAS ELEIÇÕES	
	EUS HENRIQUE DE CARVALHO	359
6.1	Conceito de poder	
6.2	Do abuso de poder	
6.3	A incidência do art. 74 da Lei das Eleições	. 374
CAPÍ	TULO 7	
INTE	RDEPENDÊNCIA ENTRE CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS NA LEI DE IMPROBIDADE	
ADM	IINISTRATIVA E NA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL	
MAR	CELO ORTOLAN	. 379
7.1	Introdução	
7.2	O princípio da independência das instâncias civil, penal e administrativa	
7.3 7.4	A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) e a Lei Anticorrupção Empresarial (Lei nº 12.846/13)	
7.5	Conflito entre as condutas vedadas na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção?	
7.6	Resolução consensual de conflitos envolvendo processos por atos de improbidade e atos de corrupção	
7.6 7.7	Considerações finais	. 395
		. 395
7.7	Considerações finais	. 395
7.7 CAPÍ	Considerações finais	. 395
7.7 CAPÍ AS R	Considerações finais	. 395
7.7 CAPÍ AS R CON	Considerações finais	395 396
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI	Considerações finais	395 396
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1	Considerações finais	395 396 399 399
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2	Considerações finais	. 395 . 396 . 399 . 399
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1	Considerações finais	395 396 399 399 401 402
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7	Considerações finais	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução. A Administração Pública no período eleitoral. A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas. As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Espécies de condutas vedadas. O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no art. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias. A gradação sancionatória entre as condutas vedadas e o abuso de poder político. Conclusão. Referências. PARTE IV GRAVIDADE, POTENCIALIDADE E PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ELEITORAL	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução. A Administração Pública no período eleitoral. A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas. As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Espécies de condutas vedadas. O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no art. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias. A gradação sancionatória entre as condutas vedadas e o abuso de poder político. Conclusão Referências. PARTE IV GRAVIDADE, POTENCIALIDADE E PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ELEITORAL FULO 1 OPORCIONALIDADE COMO PILAR DO SISTEMA SANCIONATÓRIO ELEITORAL: CORREÇÃO,	395 396 399 399 401 402 403 408 409 412 415
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7	Considerações finais. Referências TULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO	395 396 399 399 401 402 403 408 415 416
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7 CAPÍ A PR ILEG RODI	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução. A Administração Pública no período eleitoral. A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas. As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Espécies de condutas vedadas. O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no art. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias. A gradação sancionatória entre as condutas vedadas e o abuso de poder político. Conclusão. Referências. PARTE IV GRAVIDADE, POTENCIALIDADE E PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ELEITORAL FULO 1 OPORCIONALIDADE COMO PILAR DO SISTEMA SANCIONATÓRIO ELEITORAL: CORREÇÃO, ALIDADE OU ABUSO? RIGO MARTINIANO AYRES LINS.	395 396 399 399 401 402 403 415 416
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7 CAPÍ A PR ILEG RODI 1.1	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução A Administração Pública no período eleitoral A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral Espécies de condutas vedadas O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no art. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias. A gradação sancionatória entre as condutas vedadas e o abuso de poder político Conclusão Referências PARTE IV GRAVIDADE, POTENCIALIDADE E PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ELEITORAL FULO 1 OPORCIONALIDADE COMO PILAR DO SISTEMA SANCIONATÓRIO ELEITORAL: CORREÇÃO, ALIDADE OU ABUSO? RIGO MARTINIANO AYRES LINS Introdução	395 396 399 399 401 402 403 415 416
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7 CAPÍ A PR ILEG RODI	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução. A Administração Pública no período eleitoral. A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas. As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Espécies de condutas vedadas. O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no art. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias. A gradação sancionatória entre as condutas vedadas e o abuso de poder político. Conclusão. Referências. PARTE IV GRAVIDADE, POTENCIALIDADE E PROPORCIONALIDADE NO DIREITO ELEITORAL FULO 1 OPORCIONALIDADE COMO PILAR DO SISTEMA SANCIONATÓRIO ELEITORAL: CORREÇÃO, ALIDADE OU ABUSO? RIGO MARTINIANO AYRES LINS.	395 396 399 399 401 402 403 415 416
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7 CAPÍ A PR ILEG RODI 1.1 1.2 1.3	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO	. 395 . 396 . 399 . 399 . 401 . 402 . 403 . 408 . 409 . 415 . 416
7.7 CAPÍ AS R CON LUCI 8.1 8.2 8.3 8.4 8.4.1 8.5 8.5.1 8.6 8.7 CAPÍ A PR ILEG RODI 1.1 1.2	Considerações finais. Referências FULO 8 EGRAS DE COMPORTAMENTO IMPOSTAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DAS DUTAS VEDADAS AO ABUSO DE PODER POLÍTICO ANO TADAU YAMAGUTI SATO. Introdução. A Administração Pública no período eleitoral. A tutela de bens jurídicos eleitorais: o abuso de poder político e as condutas vedadas. As condutadas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Espécies de condutas vedadas. O abuso de poder político. Inclusão do inciso XVI no at. 22 da LC nº 64/90: da potencialidade lesiva para gravidade das circunstâncias	. 395 . 396 . 399 . 399 . 401 . 402 . 403 . 408 . 409 . 412 . 415 . 416

1.5.1	Em demandas que envolvem arrecadação, gastos e prestação de contas	433
	Por condutas vedadas a agentes públicos	
	Por captação ilícita de sufrágio	
	Por propaganda partidária que não difunde a necessária participação feminina na política no mínimo legal	
1.6	Conclusão	439
	Referências	441
CAPÍ	ÍTULO 2	
	SAÇÃO DE MANDATO E DECISÃO SANCIONATÓRIA ELEITORAL	
ROD	RIGO LÓPEZ ZILIO	443
2.1	Introdução: democracia, Justiça Eleitoral e contencioso eleitoral	443
2.2	Decisão judicial eleitoral contramajoritária: critérios de legitimação e vetores de crise de fundamentação	
2.3	Os limites estruturais de uma decisão sancionatória contramajoritária eleitoral	
2.4	Os critérios de configuração dos ilícitos eleitorais	455
2.5	Conclusão	464
	Referências	466
CAPÍ	ÍTULO 3	
	RETÓRICA MORALIZADORA À INFLAÇÃO LEGISLATIVA: UMA CRÍTICA À SOBREPOSIÇÃO DOS IONES CONSTITUCIONAIS NO CENÁRIO POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO	
MAR	GARETE DE CASTRO COELHO	469
3.1	Introdução	469
3.2	Da teoria do medalhão à história política de corrupção: muda-se a lei, mas mantêm-se os costumes	471
3.3	O histórico (in)constitucional da Lei nº 135/2010	
3.4	A Lei nº 135/2010 e as máculas aos direitos fundamentais	479
3.5	A transferência de responsabilidade ao poder "quase" metafísico do judiciário e a postura de liberdade como não	
	dominação	
3.6	Considerações finais	
	Referências	488
SORE	RE OS AUTORES	/01